

PUBLICAÇÃO LEGAL

PROPEC AGROPECUÁRIA E IMOBILIÁRIA S/A

CNPJ nº 00.204.835/0001-63 - NIRE 35.300.151.011
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Horário e Local: 14/11/2022, às 10h, na sede social, na cidade de Jaguariúna, estado de São Paulo, na Fazenda Castelo, circunscrição imobiliária de Pedreira, s/n.º, CEP 13820-000. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, arquivado na sede da companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Baptista de Oliveira; Secretário: Sr. Flávio Baptista de Oliveira. **Convocação e Publicação:** Dispensada. **Ordem do Dia:** (A) AGO: (i) exame e aprovação do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30/06/2018, 30/06/2019, 30/06/2020 e 30/06/2021; e (B) AGE: (i) aprovação do aumento de capital social; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** (A) Em AGO: i. O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 30/06/2018, 30/06/2019, 30/06/2020 e 30/06/2021, publicados no Diário Oficial e Jornal Agora, e no Diário de Notícias em edições de 28/12/2018 referente ao exercício social encerrado em 30/06/2018, 18/11/2022 referente ao exercício social encerrado em 30/06/2019, 18/11/2022 referente ao exercício social encerrado em 30/06/2020, e 18/11/2022 referente ao exercício social encerrado em 30/06/2021 e colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Nos exercícios indicados não houve distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, tampouco foi constituída reserva legal. (B) AGE: i. Aprovação do aumento do capital social da Companhia de R\$ 50.422.569,16, para R\$ 88.050.562,80 mediante Capitalização do AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), realizado em 30/06/2021 no valor de R\$ 37.627.993,64 e a consequente emissão de 33.865.194 novas ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas ao custo de R\$ 0,90 cada uma, relativas ao exercício de 2021, totalmente subscritas e integralizadas conforme Boletim de Subscrição, que passa a integrar a presente ata no Anexo II. Em razão da deliberação acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em boa e corrente moeda nacional é de R\$ 88.050.562,80, dividido em 84.334.277 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,04 cada uma. **Único.** As ações são indivisíveis em relação à companhia, revestindo-se obrigatoriamente da forma nominativa, podendo ser representadas por cautelais ou títulos múltiplos, devendo tais documentos conter obrigatoriamente as assinaturas de 2 diretores e a cada ação corresponderá o direito a 1 voto nas deliberações da assembleia geral. **Artigo 6º.** A Alienação, a qualquer título, das ações, seguirá sempre, necessariamente, a seguinte ordem de preferência: (i) em primeiro lugar a companhia, que em dispondo de lucros livres, as adquirirá para mantê-las em tesouraria; (ii) em segundo lugar aos demais acionistas, que as poderão adquirir mantendo ou não seus percentuais de participação; e (iii) em terceiro lugar a terceiros estranhos à companhia. **Único.** O acionista que desejar alienar parte ou a totalidade das ações que detém manifestará a sua vontade à companhia, por escrito, e ela auscultará os demais acionistas, que também responderão por escrito, em até 30 dias. A inexistência de resposta neste prazo dá ao acionista o direito de alienar, nas mesmas condições ofertadas, suas ações a terceiros estranhos à companhia dentro de 60 dias. Decorrido o prazo de 60 dias sem que a alienação tenha ocorrido, o acionista que possui interesse em alienar parte ou a totalidade das ações que detém deverá iniciar o procedimento de direito de preferência novamente. **Artigo 7º.** A companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 membros, com designação específica a saber, Diretor Presidente e Diretor Adjunto, acionistas ou não, domiciliados no país, eleitos pela maioria dos acionistas, com mandato de 03 anos, podendo ser reeleitos de seus cargos pela assembleia geral, mediante aprovação dos acionistas representando a maior

ria do capital social. **§1º.** O Diretor Presidente de forma isolada e o Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, praticarão todos os atos da administração ordinária necessários ao regular funcionamento da companhia, dentro dos limites fixados por lei, por este Estatuto e pela assembleia de acionistas. **2º.** O Diretor Adjunto auxiliará o Diretor Presidente na execução dos assuntos de administração ordinária da companhia. **§3º.** Findo o prazo da gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a escolha e posse da nova Diretoria. **§4º.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para sua gestão, sendo investidos nas funções através de assinaturas do Termo de Posse, no "Livro de Atas das Reuniões de Diretoria". **§5º.** Em caso de impedimento temporário ou definitivo, de qualquer Diretor, caberá à assembleia designar-lhe substituto, que assumirá as atribuições do Diretor impedido até que cesse o impedimento, se temporário, ou até o término de seu mandato, se definitivo. **Artigo 8º.** A representação ativa e passiva da companhia, em quaisquer atos ou contratos que envolvam sua responsabilidade ou lhe criem obrigações, é privativa da Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, isoladamente, ou na pessoa do Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente. **§1º.** Caberá ao Diretor Presidente de forma isolada ou ao Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, a autorização para a contratação de empréstimos pela companhia. **§2º.** A alienação de bens, móveis e imóveis, do ativo permanente da companhia, a constituição de ônus reais sobre os mesmos e a prestação de garantias em nome da companhia só poderão se dar após prévia autorização do Diretor Presidente. **Artigo 9º.** A Diretoria pode constituir procuradores para representar a companhia, por ato isolado do Diretor Presidente ou do Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, outorgando aos mandatários assim constituídos poderes para praticar os atos e operações especificados nos respectivos instrumentos, que sempre participarão os poderes e o prazo de duração do mandato, dentro das atribuições da Diretoria. **Único.** Os mandatos judiciais também serão outorgados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou pelo Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, podendo ter prazo indeterminado, e com indicação específica da providência judicial a que se destinam. **Artigo 10º.** Cada Diretor responderá pessoalmente por seus atos contrários aos interesses sociais e solidariamente quando tais atos decorrerem de deliberação coletiva. **Artigo 11.** A remuneração dos Diretores será fixada pela assembleia geral por dotação global e repartida entre os diretores. **Artigo 12.** Os Diretores terão os honorários mensais que lhes forem atribuídos pela assembleia geral. **Único.** Os honorários dos diretores serão reajustados, a cada doze meses, de acordo com a variação dos índices econômicos governamentais. **Artigo 13.** As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. **Artigo 14.** A convocação de qualquer assembleia geral, quer ordinária, quer extraordinária, deverá ser feita por um dos Diretores, com pelo menos 08 (oito) dias de antecedência da data designada, informando a data, a hora e o local da assembleia, bem como a ordem do dia. **§1º.** Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, será considerada regularmente instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§2º.** Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à assembleia. Da mesma forma, serão considerados presentes os que derem seu voto por fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma escrita. **Artigo 15.** As deliberações deverão ser aprovadas por maioria, correspondendo a cada ação ordinária um voto. **Único.** Os atos de fusão, cisão, incorporação e transformação da companhia serão aprovados pelos acionistas representando a maioria do capital social. **Artigo 16.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. **Artigo 17.** O exercício social terá início no dia 01 de julho e término em 30 de junho de cada ano. Ao fim de cada exercício será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício. **§1º.** Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social, e 5% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. **§2º.** A companhia poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço. A companhia poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. **§3º.** A diretoria poderá também declarar dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 18.** Em caso de liquidação ou dissolução da companhia, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateados entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. **Artigo 19.** Os casos omissos neste estatuto serão regidos pelas disposições legais vigentes. **ANEXO II - Boletim de Subscrição de Ações: ACIONISTA: AGRO MARIPA - PARTICIPAÇÕES, EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA. QUANTIDADE AÇÕES ORDINÁRIAS: 33.865.194.** São Paulo, 14 de novembro de 2022. Flávio Baptista de Oliveira - Secretário da Mesa

PROSALV - Administração, Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 96.291.463/0001-29 - NIRE nº 35.300.475.194
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Data, Hora e Local de Realização: 14/11/2022, às 15h, na sede social, na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 72/74 - 5º andar - conjunto A, Consolação, CEP 01303-060. **2. Convocação:** Dispensada. **3. Quórum de Instalação:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Baptista de Oliveira; Secretário: Sr. Flávio Baptista de Oliveira. **5. Ordem do Dia: (A) AGO:** (i) exame e aprovação do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021; e (ii) aprovação da distribuição de dividendos; (B) AGE: (i) aumento de capital social; e (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social. **6. Deliberações aprovadas por unanimidade: (A) Em AGO:** (i) Observado o disposto em lei, foram examinados e aprovados, pela unanimidade dos presentes o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021, conforme publicações realizadas em 03/12/2021 no Diário Oficial e na Folha de São Paulo e em 14/09/2022 na Folha de São Paulo, respectivamente. (ii) Foi aprovada a distribuição dos lucros evidenciados no exercício encerrado em 31/12/2020, na importância de R\$ 99.732.378,38 para o acionista Marcelo Baptista de Oliveira, e foi aprovada a distribuição dos lucros evidenciados no exercício encerrado em 31/12/2021, na importância de R\$ 157.322.824,22 para o acionista Marcelo Baptista de Oliveira. Aprovaram a destinação de parte dos lucros para a conta de reserva legal, nos termos da LSA, no valor de R\$ 10.498.217,43 referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e no valor de R\$ 3.062.844,98 referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021. (B) Em AGE: (iii) Aprovação do aumento do capital social da companhia de R\$ 299.764.821,95 para R\$ 419.890.741,50, mediante Capitalização do AFAC, realizado em 31/12/2020 no valor de R\$ 55.528.777,59 e em 31/12/2021 no valor de R\$ 64.597.141,96 com um aumento, portanto, de R\$ 120.125.919,55 e a consequente emissão de 3.927.071 novas ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas ao custo de R\$ 14,14 cada uma, relativas ao exercício de 2020 e a emissão de 5.050.597, no valor das ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas ao custo de R\$ 12,79 cada uma, relativas ao exercício de 2021, totalmente subscritas e integralizadas conforme Boletim de Subscrição, que passa a integrar a presente ata como Anexo II. (iv) Em razão da deliberação acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 419.890.741,50, dividido em 40.558.166 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 10,35 cada uma. **§1º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º.** A Sociedade poderá emitir títulos múltiplos ou cautelais que representem as ações, observado o disposto nos arts. 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata no livro próprio, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Data:** 14/11/2022. **Mesa:** Presidente, Sr. Marcelo Baptista de Oliveira; Secretário, Sr. Flávio Baptista de Oliveira. **Acionistas Presentes:** Marcelo Baptista de Oliveira e Flávio Baptista de Oliveira. **Anexo I - Estatuto Social da Prosalv Administração, Empreendimentos e Participações S/A Capítulo I - Nome, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º:** A sociedade é uma S.A. e tem a denominação de PROSALV Administração, Empreendimentos e Participações S/A. **Artigo 2º:** A sociedade tem sede social e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 72/74, 5º andar - conjunto A, Consolação, CEP 01303-060, podendo manter filiais, escritórios e representações, em qualquer localidade do país ou exterior, por deliberação dos sócios representando, no mínimo, 75 % do capital social. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a administração, empreendimento e participação, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades, simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras, bem como a administração e licenciamento de marcas. **Artigo 4º:** O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social:** **Artigo 5º:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 419.890.741,50, dividido em 40.558.166 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 10,35 cada uma. **§1º:** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º:** A Sociedade poderá emitir títulos múltiplos ou cautelais que representem as ações, observado o disposto nos arts. 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III - Administração da Companhia:** **Artigo 6º:** A companhia será administrada pelos acionistas, os quais delegarão seus poderes a uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. **Artigo 7º:** A Diretoria será composta por 02 membros, com designação específica a saber, Diretor-Presidente e Diretor-Adjunto, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelos acionistas. **§1º:** O Diretor-Presidente praticará todos os atos da administração ordinária necessários ao regular funcionamento da companhia, dentro dos limites fixados por lei, por este Estatuto e pela Reunião de Acionistas. **§2º:** O Diretor-Adjunto auxiliará o Diretor-Presidente na execução dos assuntos de administração ordinária da companhia. **§3º:** O prazo de Gestão de cada Diretor será de 03 anos admitida a recondução. **§4º:** Findo o prazo da gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a escolha e posse da nova Diretoria. **§5º:** Os Diretores perceberão remuneração fixada pela Assembleia Geral, por dotação global para cada exercício. **§6º:** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para sua gestão, sendo investidos nas funções através de assinaturas do Termo de Posse no Cargo, no "Livro de Atas das Reuniões de Diretoria". **§7º:** Em caso de impedimento temporário ou definitivo, de qualquer Diretor, caberá à Assembleia designar-lhe substituto, que assumirá as atribuições do Diretor impedido até que cesse o impedimento, se temporário, ou até o término de seu mandato, se definitivo. **Artigo 8º:** A representação ativa e passiva da companhia, em quaisquer atos ou contratos que envolvam sua responsabilidade ou lhe criem obrigações, é privativa da Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente. **§1º:** Caberá exclusivamente ao Diretor Presidente a autorização para a contratação de empréstimos pela companhia. **§2º:** Caberá exclusivamente ao Diretor Presidente a alienação de bens, móveis e imóveis, do ativo permanente da companhia, a constituição de ônus reais sobre os mesmos, a celebração de contratos a serem firmados pela companhia e a prestação de garantias em nome da companhia, por ato isolado do Diretor Presidente ou do Diretor Adjunto, sempre em conjunto com o Diretor Presidente, outorgando aos mandatários assim constituídos poderes para praticar os atos e operações contidos nos respectivos instrumentos, que sempre deverão conter prazo de duração, com exceção dos mandatos judiciais. **§3º:** **Único:** Os mandatos judiciais também serão outorgados pelo Diretor-Presidente, ou por procuradores por ele designados, podendo ter prazo indeterminado. **Artigo 10º:** Cada diretor responderá pessoalmente por seus atos contrários aos interesses sociais e solidariamente quando tais atos decorrerem de deliberação coletiva. **Artigo 11:** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral por dotação global e repartida entre os diretores mediante deliberação dos acionistas. **Único:** Nos exercí

cios em que houver disponibilidade de recursos, poderá a Assembleia Geral deliberar o pagamento de participações a empregados e administradores nos lucros sociais, observadas as disposições legais aplicáveis. **Capítulo IV - Conselho Fiscal:** **Artigo 12:** A companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, cujo objetivo será o de fiscalizar, supervisionar e controlar a administração da companhia, por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos em Lei. **Capítulo V - Assembleias Gerais:** **Artigo 13:** A AGO reunir-se-á anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a AGE sempre que a lei e os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas, observadas quanto à convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais aplicáveis, com as modificações deste Estatuto. **Artigo 14:** Na Assembleia Geral, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco, exceto para a aprovação das seguintes matérias de sua competência privativa, para as quais serão necessários votos de 60% de todas as ações votantes da companhia: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) autorizar aumentos de capital social; (iii) autorizar a abertura de capital social; (iv) autorizar a emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações; (v) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorre para o aumento do capital social; (vi) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (vii) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata; (viii) transformar a companhia em outro tipo de sociedade, independentemente de dissolução e liquidação; (ix) estabelecer e alterar o grau de endividamento máximo a que poderá chegar a companhia; (x) autorizar a aquisição pela companhia de suas próprias ações; (xi) deliberar o pagamento de participações de empregados e administradores nos lucros sociais, observadas as disposições legais aplicáveis; (xii) deliberar a retenção de parcela do lucro líquido; (xiii) deliberar sobre a contratação de auditoria externa; (xiv) deliberar a dissolução, liquidação e extinção da companhia; (xv) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, atendendo, no que for possível, às sugestões da Diretoria; (xvi) eleger e destituir os diretores da companhia, orientando sua gestão; (xvii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, além de quaisquer outros dados que sejam necessários; (xviii) distribuir entre os acionistas a remuneração global fixada pela Assembleia Geral para cada exercício, bem como determinar os limites e critérios das despesas dos administradores; (xix) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; (xv) autorizar a distribuição de dividendos; (xvi) deliberar o levantamento de balanços periódicos e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (xvii) autorizar a instalação ou o fechamento de filiais em qualquer localidade do país, ou no exterior; (xviii) deliberar sobre a política de investimentos da companhia; (xix) exercer as atribuições que a lei e o presente Estatuto lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao regular funcionamento da companhia. **Artigo 15:** A Assembleia Geral será convocada por acionistas que representem no mínimo 20% do capital social, sendo os anúncios publicados pela imprensa, na forma da lei, deles constando a ordem do dia, o local, a data e horário da reunião e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação das matérias a serem alteradas. **Artigo 16:** Poderão tornar parte na Assembleia Geral os titulares de ações da companhia ou seus representantes legais, mediante prova de sua identidade e condição. **Único:** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído mediante de 01 ano, desde que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. **Artigo 17:** Antes de se instalar a Assembleia, os acionistas se identificarão e assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, a quantidade e espécie de ações ordinárias de que são titulares. **Artigo 18:** A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um dos Diretores da companhia, eleito pelos acionistas no início da sessão, a quem competirá escolher um Secretário para auxiliá-lo na direção dos trabalhos. **Capítulo VI - Exercício Social:** **Artigo 19:** O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto ao resultado apurado, as seguintes regras: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto sobre a Renda e a Contribuição Social; (ii) sobre o lucro remanescente, será calculada a importância que for eventualmente atribuída pela Assembleia Geral à participação dos empregados e administradores, observadas as limitações legais; (iii) do lucro líquido do exercício destinar-se-ão: a) 5% para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; b) 5% para a constituição de reserva legal obrigatória aos acionistas, calculada na forma da lei. **§1º:** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou mesmo a retenção de todo o lucro, na forma do art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/76. **§2º:** A Assembleia Geral poderá ainda deliberar e/ou reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do art. 196, da Lei nº 6.404/76. **§3º:** Não será obrigatório o pagamento de dividendo nos exercícios que a Diretoria informar à Assembleia Geral ser tal pagamento incompatível com a situação financeira da companhia, na forma do art. 202, § 4º da Lei nº 6.404/76. **§4º:** A companhia poderá, por deliberação dos acionistas, levantar balanço semestral e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesse balanço. **§5º:** Os acionistas poderão também declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, e ainda, por balancetes mensais. Esse dividendo, como o semestral previsto no parágrafo anterior, será sempre dedutivo do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 20:** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em que caso, dentro do exercício social, sendo que o dividendo não recebido prescreverá no prazo da lei. **Capítulo VII - Transformação, Dissolução, Liquidação e Extinção:** **Artigo 21:** A companhia poderá mudar seu tipo societário, independentemente de dissolução e liquidação, mediante aprovação em Assembleia Geral de 60% de todas as ações com direito a voto. **Artigo 22:** A companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção por aprovação de 60% de todas as ações com direito a voto, bem como nos casos previstos em lei. **Único:** A Assembleia Geral, pelo quórum acima indicado, nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo o Conselho Fiscal que deve funcionar durante a liquidação, observadas quanto ao mais as normas dos arts. 206 a 209, da Lei nº 6.404/76. **ANEXO II - Boletim de Subscrição de Ações - Prosalv Administração, Empreendimentos e Participações S/A - Acionista:** Marcelo Baptista De Oliveira, **Quantidade Ações:** 8.977.668 ações ordinárias.

SEED Consultoria em Gestão Empresarial S.A.

CNPJ/MF 19.696.544/0001-68 - NIRE 35.300.462.819
Anúncio de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Srs. Acionistas, na forma dos artigos 123, 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 (a "Lei das S.A."), e artigo 9 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em AGOE, a ser realizada no dia 26/12/2022, às 9hs, por meio de vídeo conferência a ser realizada no link meet.google.com/zvy-iwal-bwv, conforme permitido pela Instrução DREI nº79 de 14/04/2020, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõe a ordem do dia: (i) Tendo em vista (a) a situação econômico-financeira da Companhia, (b) a ausência de manifestação dos acionistas e (c) as sucessivas cobranças que tem chegado em nome da Companhia nos termos do Anexo I, a administração submete à aprovação dos acionistas a alteração do prazo de duração da Companhia, nos termos do artigo 122, inciso I da Lei das S.A.; (ii) Em razão da situação econômico-financeira da Companhia, a administração propõe a discussão de plano para continuidade da Companhia; Conforme evidenciado no Anexo I, as incessantes e ininterruptas cobranças em nome da Companhia e o rápido aumento do endividamento da Companhia, é necessária a discussão de plano e aporte de valores para que a Companhia mantenha a operação de suas atividades. (iii) Discutir, rejeitar ou aprovar as contas da administração referentes ao exercício anterior, nos termos do artigo 122, inciso III da Lei das S.A.; e (iv) Autorização aos Administradores; Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à elevação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia. SP, 16/12/2022. Sidnei Jose Raulino - Diretor Presidente.

Protege S/A Proteção e Transporte de Valores

CNPJ nº 43.035.146/0001-85 - NIRE 35.300.173.601
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Data, Hora e Local: 14/11/2022, às 10h, na sede social da Companhia, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua dos Coqueiros, nº 1366/1380/1398/1408, CEP 09080-010. **Convocação:** Dispensada. **Quórum de Instalação:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Marcelo Baptista de Oliveira e Secretário: Flávio Baptista de Oliveira. **Ordem do Dia:** (i) exame e aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021; e (ii) aprovação da distribuição de dividendos e destinação dos lucros. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e 31/12/2021 publicados nos jornais Diário Oficial e Valor Econômico em 29/04/2021 e Diário Oficial e Folha de São Paulo em 28/04/2022, respectivamente. **ii.** Foi aprovada a distribuição dos lucros evidenciados no exercício encerrado em 31/12/2020, na importância de R\$ 127.180.608,74, sendo R\$ 57.661.547,88 para o acionista Prosalv Administração, Empreendimentos e Participações S.A., e na importância de R\$ 69.519.060,86 para o acionista Marcelo Baptista De Oliveira. Do lucro líquido apurado no exercício de 2020, conforme balanço patrimonial ora aprovado, R\$ 9.595.004,13 é destinado a reserva legal. Foi aprovada a distribuição dos lucros evidenciados no exercício encerrado em 31/12/2021, na importância de R\$ 235.382.276,08, sendo R\$ 144.014.608,77 para o acionista Prosalv Administração, Empreendimentos e Participações S.A., e na importância de R\$ 91.367.667,31 para o acionista Marcelo Baptista de Oliveira. Do lucro líquido apurado no exercício de 2021, conforme balanço patrimonial ora aprovado, R\$ 3.887.370,36 é destinado a reserva legal. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Marcelo Baptista de Oliveira, e Secretário: Flávio Baptista de Oliveira. Acionistas Presentes: Marcelo Baptista de Oliveira; PROSALV Administração, Empreendimentos e Participações S/A P. Marcelo Baptista de Oliveira. Santo André, 14/11/2022. Mesa: Marcelo Baptista de Oliveira - Presidente; Flávio Baptista de Oliveira - Secretário.

Pinara Reflorestamento e Administração S/A

CNPJ/MF 50.056.902/0015-13
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação
Convocamos aos acionistas desta sociedade para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará às dez horas, do dia 26 de dezembro de 2022, na sede da Pinara Reflorestamento e Administração S/A, para deliberarem sobre: a) Distribuição de Lucro referente ao período janeiro a novembro/2022; b) Outros assuntos. São Paulo, 16 de dezembro de 2022. Lauro Loureiro de Mello Filho - Diretor Vice-Presidente na condição de Diretor Presidente em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022 - PROCESSO Nº 2.311/2022
EDITAL DE JULGAMENTO
A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO nomeada através da Portaria GP Nº 003/2022, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados, a CLASSIFICAÇÃO, da proposta apresentada pela única empresa participante e habilitada na licitação supra, destinada à "REFORMA E ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RUBENS DO AMARAL, SITUADA À RUA ARMANDO SALES DE OLIVEIRA S/Nº - BAIRROS DAS BANDEIRAS", conforme segue:
1) KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDÓPOLIS LTDA, proposta: R\$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais), 0,2623% de desconto do valor estimado pela Prefeitura.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 16 de dezembro de 2022.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022 - PROCESSO Nº 2.311/2022
HOMOLOGAÇÃO
O Município de Araçatuba TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que a licitação supra, de MENOR PREÇO GLOBAL, destinada à "REFORMA E ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RUBENS DO AMARAL, SITUADA À RUA ARMANDO SALES DE OLIVEIRA S/Nº - BAIRROS DAS BANDEIRAS", foi homologada e adjudicada pelo Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, o objeto à empresa: - KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDÓPOLIS LTDA, no valor de R\$ 1.089.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil reais).
GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 16 de dezembro de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2022 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2022
PROCESSO Nº 2105/2022
HOMOLOGAÇÃO
O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço global, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA GUARDA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas: - D. C. N. UNIFORMES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, para fornecer os itens: 06, 7.1, 7.2; - JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECCÕES – EPP, para fornecer os itens: 02, 03, 09, 10; - MAGAZINE MARINI NOGUEIRA EIRELI - ME, para fornecer o item: 01; - ITENS FRACASSADOS: 04, 05, 08.
GABINETE DO PREFEITO, 13 de dezembro de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

CONCURSO Nº 006/2022 – PROCESSO Nº 1718/2022
34º CONCURSO NACIONAL DE CONTOS CIDADE DE ARAÇATUBA 2022
HOMOLOGAÇÃO
O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados, tendo em vista que não houve a interposição de recurso referente a fase de classificação dos projetos inscritos no Concurso supra, destinado a premiação do 34º Concurso nacional de Contos, foi homologado e adjudicado pelo Prefeito Municipal, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, os seguintes vencedores: Categoria Território Nacional – 1º Ana Laura Cruz Pinheiro R\$ 3.000,00, 2º Tiago Raul Feijó Silva R\$ 2.000,00, 3º Fátima Soares Rodrigues R\$ 1.000,00, 4º Pablo Cermeño Mendonça Kaschner, menção honrosa, 5º Júlio Fisherman menção honrosa, 6º Nilson de Carvalho Lattari menção honrosa, 7º Tatiani Longo Mazan menção honrosa, 8º Luiz Henrique Aguiar menção honrosa, 9º Renan Amador Andréo menção honrosa, 10º Leo Almeida menção honrosa. Categoria Região Administrativa de Araçatuba - 1º Emília Goulart dos Santos R\$ 3.000,00, 2º André Luis de Oliveira R\$ 2.000,00, 3º Heltor Gomes de Andrade R\$ 1.000,00, 4º Caroline Franciele Correia da Silva menção honrosa, 5º Rita de Cássia Zuim Lavyoyr menção honrosa, 6º Luis Henrique Manhani Junior menção honrosa, 7º Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti menção honrosa, 8º Mariangela Sampaio de Castro Mello menção honrosa, 9º Priscila Marina Correa Oscalcines menção honrosa, 10º Aline Cristina Garcia menção honrosa.
GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 12 de dezembro de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO
PREGÕES ELETRÔNICOS ABERTOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 131/2022 – **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 02 de janeiro de 2023, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 02 de janeiro de 2023, às 09:30 horas.
LEANDRO BASSINI – Secretário Municipal de Educação.
Nº: 132/2022 – **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASTA PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 02 de janeiro de 2023, às 13:45 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 02 de janeiro de 2023, às 14:00 horas.
ITAMAR CORRÊA VIANA – Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.
Disponíveis no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br ou www.licitacoes-e.com.br. Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ABERTA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 012/2022 – **OBJETO:** OUTORGA DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS – **ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** 23 de janeiro de 2023 às 09:10h – **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 23 de janeiro de 2023, às 09:30h, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
CINTIA RENATA LIRA DA SILVA - Secretária Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022
ADJUDICAÇÃO: Considerando a regularidade do procedimento; considerando que o preço é compatível com os orçamentos, adjudico o objeto do pregão supra, conforme segue: LOTE 01 - RD INFORMÁTICA LTDA - valor global: R\$ 193.000,00 (Centos e noventa e três mil reais); LOTE 02 - FGDL Serviços e Licitações Ltda - valor global: R\$ 38.600,00 (Trinta e oito mil e seiscentos reais); **OBJETO:** Aquisição de computadores para uso nas Unidades de Saúde do Município de Leme conforme portaria nº 1.184 de 24 de maio de 2022 - emenda parlamentar federal 41610007
Leme, 16 de dezembro de 2022
Christian Cláudio Aves
PREGOIRO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Leia e assine: 5584-0035

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMpra SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE, ACESSO AGORA: www.vequitaleiloes.com.br, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!